

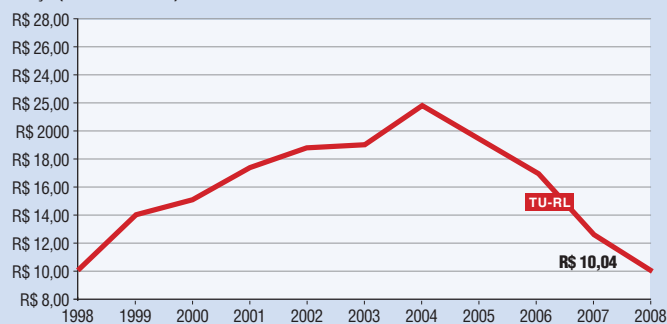
## Tarifa Flat: direito do consumidor

Agora é o momento oportuno de reduzir tarifas e equilibrar os contratos em favor do consumidor. Em 2010, serão definidos os parâmetros da revisão quinquenal dos contratos de concessão às operadoras.

A assinatura deve ser mantida em valor suficiente para garantir a manutenção da rede e os custos para a prestação do serviço. Propomos uma redução de 75% no custo da assinatura básica, considerando o seu valor livre de tributos, que hoje corresponde em média a R\$ 28,00. O valor de referência deve ser os R\$ 10,00, atualizados pelo índice das Tarifas de Uso da Rede Local – TU-RL. Esse índice tarifário é destinado à correção dos preços praticados entre as próprias prestadoras para a remuneração do uso da mesma rede usada para a telefonia fixa e tem tido reduções efetivas nos últimos anos. Confira o gráfico a seguir:

### Varição do Índice TU-RL (Sem tributos)

Preço (R\$ sem tributos)



Assim, o **preço justo** final da assinatura fixa residencial – incluindo os impostos, que chegam a 40% do valor básico – deverá ser de R\$ 14,00.

Além disso, nossa proposta é retomar a Taxa Básica do Serviço Local, conforme a Portaria 216/1991 do Ministério das Comunicações que diz: se a companhia telefônica cobra assinatura mensal, deve **isentar** da cobrança as ligações locais entre aparelhos fixos. Seriam cobradas apenas as ligações para celulares, interurbanos e ligações internacionais.

## Faça valer seus direitos

A PRO TESTE já enviou diversos ofícios para as autoridades federais, tais como Anatel, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Ministério das Comunicações, Ministério da Casa Civil, Ministério do Planejamento, entre muitos outros, solicitando apoio e intervenção para atingirmos o que é justo.

Também se uniu a diversos parceiros para esta campanha, tais como Indec Telecom – Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores em Telecomunicações; União dos Movimentos de Moradia – São Paulo; AET – Associação dos Engenheiros de Telecomunicações; e Movimento Defesa São Paulo, que estão presentes em todas as manifestações.

Para que nossa campanha ganhe mais força e possa sair do papel, sua participação é fundamental. Acesse nosso site [www.proteste.org.br](http://www.proteste.org.br) e assine nossa petição on-line: Ajude a acabar com a tarifa exorbitante.

### Quem apoia esta campanha

**AET**  
Associação dos Engenheiros  
de Telecomunicações

**MOVIMENTO**  
DEFESA SÃO PAULO

**INDEC** Telecom

**UNIÃO**  
DO MOVIMENTO DE MORADIA  
SÃO PAULO

### Conheça a campanha

**ASSOCIAÇÃO**  
**PRO TESTE**  
CONSUMIDORES

Visite nosso site: [www.proteste.org.br](http://www.proteste.org.br)  
Fale conosco (21) 3906 3906

**Independência** ■ **Proximidade** ■ **Excelência**

## Campanha PRO TESTE

### TELEFONE FIXO MAIS BARATO e chamadas locais sem limite

Você sabia que sua assinatura básica de telefone fixo tem sido reajustada sempre acima dos índices de inflação? Por isso, muita gente está abandonando a telefonia fixa em favor do celular, pagando apenas pelo que utiliza.

Vamos mudar essa situação. Junte-se a nós para exigir:

- Assinatura básica de telefones fixos residenciais a R\$ 14,00
- Ligações locais ilimitadas realizadas na rede da concessionária



# Pelo fim das cobranças exorbitantes

## Por que pagamos assinatura básica?

Quando ocorreu o processo de privatização dos serviços de telecomunicações, finalizado em julho de 1988, foi estabelecida a Tarifa Básica do Serviço Local, que deveria valer R\$10,00 (dez reais). Essa cobrança tinha como objetivo a implantação da rede de telefonia fixa em todo o território nacional, garantindo que todos os cidadãos pudessem ter acesso a este serviço público essencial.

Amparada pelas diversas leis que regulam a prestação do serviço (dentre elas a Lei Geral das Telecomunicações e o Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado), a cobrança da assinatura básica deveria financiar a expansão dos serviços de comunicação.

## A assinatura básica cumpriu sua função?

Sim, a expansão de redes de telefonia de fato ocorreu. Em fins de 2005 toda a infraestrutura necessária já estava instalada no país. Com isso – e mais a queda no preço da **habilitação** para se obter a linha telefônica fixa –, houve um aumento considerável na instalação de linhas, que saltaram de 20 milhões em 1998 para 39,8 milhões em 2005.

## Se toda a infraestrutura está pronta, por que nem todos têm telefone fixo?

O elevado valor da assinatura impede que muitas pessoas tenham telefone fixo. A telefonia no Brasil está entre as mais caras do mundo, comprometendo quase 6% da renda do brasileiro segundo estudo da ONU.

Dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação), que regula as ações das operadoras no Brasil, apontam que depois da grande expansão, o número de telefones fixos instalados vem caindo e já se reduziu em mais de 5% nos últimos três anos. Hoje, há cerca de 32 milhões de terminais de telefonia fixa em uso no país. Apenas 34% das famílias brasileiras têm telefone fixo em casa.

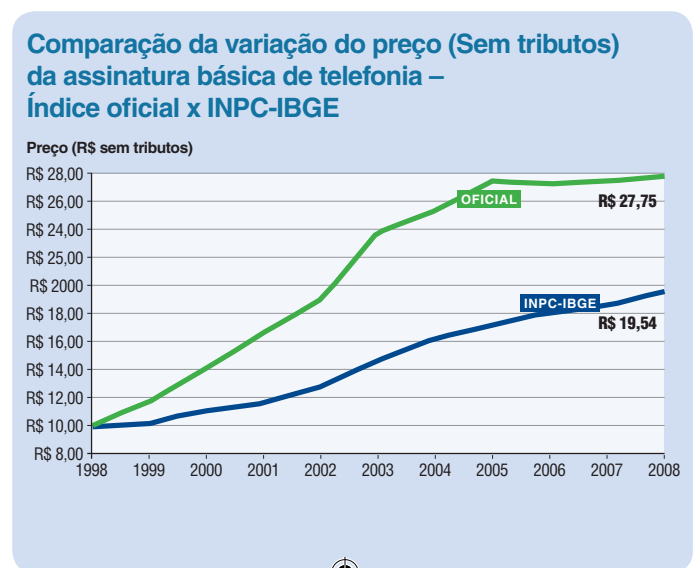
Há também 12 milhões de linhas fixas sem uso. A queda na penetração do serviço ocorre justamente por causa do alto custo da assinatura básica, em torno de R\$ 40,00 (valor que agrega os diversos impostos e tributos cobrados). A redução da assinatura básica e a isenção de custo nas ligações locais ajudarão a diminuir a capacidade ociosa na telefonia.

## Os reajustes das tarifas de assinatura básica seguem a inflação?

Não, eles sempre estiveram acima da inflação. Até 2005, era utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas. Depois disso, passou a ser usado o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

A partir desses parâmetros, a assinatura básica sempre sofreu aumentos maiores do que os reajustes salariais, que são baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo IBGE.

Confira no gráfico a seguir a comparação entre os valores da tarifa de assinatura básica (sem os impostos) e qual seria o valor se fosse calculado pelo INPC:



## TELEFONIA é um serviço público

Mesmo que tenha sido privatizado na década de 1990, o serviço de telefonia fixa continua sendo considerado um serviço público, pois é dirigido ao conjunto da população, atendendo aos interesses coletivos. É praticamente impossível viver em condições dignas sem acesso a telefones residenciais ou públicos (os orelhões). Portanto, a telefonia deve seguir os princípios que regem os serviços públicos, dentre eles o da modicidade tarifária para garantir o direito constitucional de acesso universal ao serviço.

## Por que a assinatura básica ainda é tão alta?

Porque ainda não houve a revisão de sua tarifa pelas autoridades competentes. A PRO TESTE não vê razão para que valores tão elevados sejam cobrados do consumidor, pois não há mais o que financiar. A expansão da rede foi concluída em 2005 e desde 2006 as operadoras de telefonia não estão mais investindo na construção dessa infraestrutura.

E ainda há mais: os valores arrecadados não estão sendo revertidos para o benefício coletivo, como era a proposta inicial, mas sim para capitalizar as empresas que agora atuam também nos serviços privados de internet banda larga e de TV por assinatura.

Por isso, a PRO TESTE entrou com uma ação para que um serviço prestado em regime privado não seja incluído dentro do contrato de telefone fixa (que é um serviço público), para evitar o chamado “subsídio cruzado”, que é contra a lei e traz prejuízos aos consumidores.